



Título: O chá de S. Miguel e a sua herança cultural

A contratação de chineses para ensinarem as práticas culturais e de fabrico do chá, o apoio à realização de análises e testes às folhas de forma a aferir a sua qualidade, a defesa da comercialização do produto no mercado interno combatendo práticas aduaneiras que se constituíam como verdadeiras barreiras à entrada do produto na metrópole, a observação dos mercados internacionais para exportação do chá, entre muitos outros aspetos, resultaram do esforço dos proprietários agrícolas à altura, que se reuniram na Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense fundada em 1942.

Em 1893, Gabriel de Almeida, no seu “Dicionário histórico-geográfico dos Açores”, escreve o seguinte a propósito da produção do chá no arquipélago: “O interesse pela proteção que carece esta indústria tem de alguma forma prendido a atenção de todos que ambicionam o progresso agrícola do arquipélago”.

Da indústria do chá nascida na segunda metade do século XIX em S. Miguel (Açores) mantêm-se em laboração duas fábricas centenárias. Localizam-se no meio rural e são visitadas anualmente por milhares de turistas. Ambas representam património privado e público. O património privado deverá representar o interesse público e preservar a herança imaterial? Ou está à partida obrigado e onerado a fazê-lo sob pena de outros o fazerem? E o que procuram de facto os turistas quando desde o início deste século visitam a fábrica de chá da Gorreana e de Porto Formoso?

Andrea Rodrigues